



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 60/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10039/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2011.

5- Responsáveis: Sr. Antônio Ferreira Lima, Prefeito Municipal de Caapiranga, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação nº 477/2016 (fls. 884/885).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 102/2013-MP-ESB e Despacho nº 953/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 886/887).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Antônio Ferreira Lima** - Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Proc. N° _____

Fls. Nº _____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 60/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 60/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10039/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2011.

5- Responsáveis: Sr. Antônio Ferreira Lima, Prefeito Municipal de Caapiranga, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação nº 477/2016 (fls. 884/885).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 102/2013-MP-ESB e Despacho nº 953/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 886/887).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2011.

Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo. Recomendação ao Atual Prefeito. Registro. Arquivamento. Ciência ao Responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- À unanimidade:

9.1.1- Julgar Irregular Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício 2011, de responsabilidade do Senhor **Antônio Ferreira Lima** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;

9.1.2- Aplicar multa na ordem de **R\$2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) ao Sr. **Antônio Ferreira Lima** com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelos itens 2.1, 2.2 e 2.3 do Parecer n. 102/2013-MP-ESB;

9.1.3- Aplicar multa na ordem de **R\$8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao Sr. **Antônio Ferreira Lima** com fundamento no art. 308, art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelo seguinte: Restrição 03, 07, 09, 10, 11, 13, 18 15 da Informação n.38/2012; Item 2.4-2.7, 3, 3.10 do Parecer n.102/2013 e Item 1 do Despacho do Relator;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 60/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 60/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

balancetes mensais eletronicamente nos seguintes meses: Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. (Restrição 1 da Informação n. 38/2012).

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela Inaplicabilidade de multa por atraso no ACP.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral